

XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA
Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ -12-15 de junho de 2018

Área temática: capitalismo, espaço e meio ambiente

**A reprodução das desigualdades regionais no contexto do “novo
desenvolvimentismo”**

Renato Lima dos Anjos¹

Rejane Gomes Carvalho²

¹ Mestrando em Desenvolvimento Econômico (UNICAMP) – renatolanjos@hotmail.com

² Professora Doutora do Departamento de Economia (UFPB) - rejanegcarvalho@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo analisar as características da economia nordestina e assinalar as desigualdades existente entre os estados que compõe a região, no período referente aos anos de 2002 a 2015. Para isso, as seções iniciais trazem uma discussão acerca das características do desenvolvimento econômico nacional e regional, marcadas desde a era desenvolvimentista até a fase mais recente com o “novo desenvolvimentismo”. Como principais resultados, observa-se que no período analisado, embora o Nordeste tenha apresentado um bom desempenho de seus indicadores sociais e econômicos, os investimentos produtivos não ocorreram na mesma intensidade entre os estados que o compõem. Esse comportamento é consequência do modelo de desenvolvimento capitalista conservador que se mantém, apesar do discurso político de integração. A região ainda apresenta alta desigualdade e é necessário enfrentar as dificuldades sociais e econômicas, principalmente em questões relacionadas à pobreza e às fragilidades persistentes nas atividades produtivas tradicionais e na fraca capacidade de geração de renda, fatores que podem contribuir na manutenção das desigualdades regionais.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Nordeste; Desigualdades; Capitalismo.

INTRODUÇÃO

A região Nordeste, embora tenha apresentado alguns destaques nas últimas décadas, no que diz respeito a melhoras nos indicadores sociais, investimentos, na geração de emprego e na diminuição das desigualdades, ainda apresenta uma significativa parcela da sua população vivendo em situação de pobreza, com baixo nível educacional e com dificuldade na geração de renda.

O objetivo principal deste trabalho é analisar o desenvolvimento sob a perspectiva social e econômica alcançada pelos estados da região Nordeste no período de 2002 a 2015 e problematizar as condições estruturais da desigualdade.

Como característica do modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, o planejamento econômico tem se orientado para a promoção do crescimento, mas mantendo a dependência de recursos institucionais em meio a disputas políticas que buscam a atração dos investimentos por parte dos estados. As vocações naturais unicamente não são definitivas para o crescimento econômico. O estado que detém maior força política e econômica acaba em vantagem na captação de recursos financeiros frente àquelas unidades federativas menores que ainda apresentam dificuldades na infraestrutura produtiva, na base política e na formação de uma classe dominante que busca atender as necessidades locais, mesmo que isso ocorra mediante o corporativismo político.

Do ponto de vista do planejamento econômico, o período após a segunda guerra mundial ficou marcado pelo surgimento de ideias desenvolvimentistas e pela expansão da industrialização nos países da América Latina, de modo a provocar taxas de crescimento positivas, resultado de um

aumento da participação do Estado nos investimentos para a criação de infraestrutura produtiva e de serviços, principalmente, no caso brasileiro.

Ao experimentar um importante ciclo de crescimento econômico na época do milagre econômico, decorrente das estratégias desenvolvimentistas adotadas pelos diferentes governos, inclusive os militares, o país vivenciou os efeitos da crise econômica mundial a partir dos anos de 1970, o que se acentuou na década seguinte. Contudo, em função da própria mudança na trajetória do ciclo da economia mundial e no modelo de desenvolvimento capitalista, o que se processou ao longo dos anos de 1980, a noção de desenvolvimentismo perdeu espaço para a ortodoxia convencional diante da necessidade interna de estabilização da economia. Com isso, o Estado deixou de intervir mais fortemente como agente produtivo, mediante a promoção de uma política econômica conservadora do ponto de vista social, mas dando mais vez e espaço ao mercado. Especialmente nos anos de 1990, destacaram-se o processo de globalização, a reforma do Estado e a adoção da política econômica neoliberal. Considerando a situação de instabilidade em que a economia brasileira se encontrava, indexada e com altos níveis inflacionários, como consequência observou-se restrições ao desenvolvimento social, sobretudo com o aumento da pobreza e do desemprego.

Durante esse período, com a crise financeira e fiscal e a dívida externa que o Estado enfrentava, numa tentativa de conter os gastos públicos, houve diminuição dos investimentos por parte do governo federal nas regiões mais pobres e mais desiguais. As políticas públicas regionais por meio da atuação da SUDENE, até então direcionadas ao Nordeste, perderam seu papel e intensidade.

A retomada do crescimento econômico, observada principalmente no início dos anos 2000, ocasionou a melhora dos indicadores sociais e também no mercado de trabalho, com o aumento da formalização das ocupações, especialmente na região Nordeste. Esta região, ao longo das últimas décadas, teve seu desenvolvimento pautado principalmente na intervenção estatal, fruto de políticas “novo desenvolvimentistas”, mas que não foram suficientes para reduzir a desigualdade existente em comparação com as demais regiões do Sul e Sudeste.

Desse modo, continua relevante problematizar o padrão de desenvolvimento que se mantém no capitalismo nacional e a sua vocação em manter o processo de desigualdades entre as regiões e seus estados. A atuação do Estado, a partir da segunda metade da década de 2000, contribuiu para o crescimento econômico do Nordeste. Com a ampliação de investimentos públicos, principalmente na área de infraestrutura, a região passou a ser inserida na rota de investimentos, tanto público como privado, que contribuiu para a criação e expansão de alguns polos produtivos, para o impulsionamento da atividade econômica e geração de emprego. Mas, será que houve mudanças importantes na estrutura produtiva, nos setores econômicos, na distribuição da renda e na diminuição das desigualdades?

Além dessa introdução, a primeira parte do trabalho abordará o conceito de desenvolvimento econômico que marcou o debate no Brasil e as discussões recentes em torno da noção de “novo desenvolvimentismo”. Posteriormente, será apresentado um panorama sobre o desempenho econômico dos estados nordestinos nos últimos anos com a intenção de verificar sua participação na economia regional e nacional.

OS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTISMO NO BRASIL

A partir da década de 1930, as ações voltadas para o planejamento da economia brasileira visavam impulsionar os fatores do crescimento da economia brasileira, de modo que o país pudesse superar a situação periférica que se encontrava em relação ao capitalismo mundial. Os esforços se concentraram no processo de promoção e intensificação da industrialização. Prevalcia a compreensão de que a expansão da atividade industrial promoveria o crescimento econômico e, conseqüentemente, elevaria o país a um patamar superior de desenvolvimento econômico e social.

Esta ideia central caracterizou o desenvolvimentismo latino americano, que se formalizou teoricamente através das contribuições dos autores cepalinos, como Prebisch e Furtado, através da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). O desenvolvimentismo se caracterizou por ideias e estratégias de desenvolvimento que foram adotadas por alguns países da América Latina, muito embora tenha sido influenciada pela teoria keynesiana, principalmente no que diz respeito ao papel intervencionista do Estado na economia (BRESSER PEREIRA, 2006).

De acordo com as considerações de Castelo (2012), o desenvolvimentismo brasileiro efetivou-se, principalmente, através do modelo de substituição de importações, na tentativa de associar as iniciativas de incentivos estatais com o processo de expansão da atividade industrial no país. Ainda segundo o autor, um dos princípios fundantes do desenvolvimentismo consistia no desenvolvimento industrial da economia, associado a políticas protecionistas e isenções fiscais para investidores privados. Bresser Pereira (2006) destaca que, além disso, o Estado tinha o papel de estimular o crescimento econômico baseado na demanda, no déficit público e impulsionar a poupança forçada.

A primeira tentativa de planejamento econômico que contemplou estratégias desenvolvimentistas no país ocorreu no governo de Getúlio Vargas (1930-1934, 1934-1937 e 1937-1945) (Fonseca, 2004). Outras iniciativas foram implementadas por Juscelino Kubitschek (1956-1961) e posteriormente pelos governos que atuaram durante o regime militar brasileiro (1964-1984). Com políticas econômicas que impulsionaram a industrialização do Brasil, de modo geral, até meados da década de 1970, a economia apresentou uma expansão da atividade industrial e elevadas taxas de crescimento do PIB. No entanto, associado aos efeitos da crise econômica mundial, na segunda

metade da década de 1970, o Brasil passou a registrar desequilíbrio inflacionário, déficit na balança de pagamentos e uma elevada dívida externa.

Durante a década de 1980, na tentativa de estabilizar a economia e conter a inflação, os governos à frente da economia brasileira passaram a adotar políticas macroeconômicas de cunho neoliberais, objetivando superar os obstáculos para alcançar a estabilização financeira e econômica. Segundo Bresser Pereira (2006), a crítica situação que se encontrava a economia brasileira foi uma das razões para que, aos poucos, houvesse a substituição da concepção do “desenvolvimentismo” pela “ortodoxia convencional”, a qual, diferentemente do nacional desenvolvimentismo, não possuía uma estratégia de desenvolvimento própria, e passou a ser imposta pela política hegemônica dos países centrais, especialmente dos Estados Unidos. Para o autor:

A ortodoxia convencional, que então substitui o nacional-desenvolvimentismo, não havia sido elaborada no país e não refletia as preocupações nem os interesses nacionais, mas as visões e os objetivos dos países ricos. Além disso, como é próprio da ideologia neoliberal, era uma proposta negativa que supunha a possibilidade dos mercados coordenarem tudo automaticamente, além de proporem que o Estado deixasse de realizar o papel econômico que sempre exerceu nos países desenvolvidos: o de complementar a coordenação do mercado para promover o desenvolvimento econômico e a equidade. (BRESSER PEREIRA, 2006, p. 9).

Com a intensificação do processo de globalização e a adoção de uma ideologia neoliberal, o período referente a década de 1990 acabou rompendo com a estratégia de desenvolvimento antes adotada no país, em que o Estado atuava diretamente na economia como propulsor da industrialização e do crescimento econômico. De acordo com Yano e Monteiro (2008), deixou-se de lado a forte intervenção estatal e adotou-se políticas liberais que visavam o aumento da produtividade do trabalho e a estabilização econômica. “O papel do Estado frente ao projeto de desenvolvimento do país, passaria de um ‘Estado-empresário’ para o que seria um ‘Estado regulador e fiscal’ das atividades econômicas” (YANO e MONTEIRO, 2008, p. 3).

As políticas liberalizantes, especialmente após a implementação do Plano Real, em 1994, durante o governo de Itamar Franco, associadas às novas medidas de participação do país na economia internacional, resultaram na estabilização da economia, com o controle da hiperinflação. No entanto, a economia brasileira passou a apresentar maior dependência externa e um baixo nível da atividade produtiva, perdendo sua “soberania”, principalmente pelo encolhimento do setor industrial na atividade econômica. Segundo o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (2001), a economia apresentou um baixo nível de investimento, refletindo nas características do mercado de trabalho que, associada ao processo de globalização, contribuiu para a expansão da flexibilização, informalidade e precarização do trabalho no país.

Na percepção de Bresser Pereira (2006), a crise internacional dos anos de 1980 interrompeu, nos países latinos americanos, a formação de “Estados nacionais” que atuavam internamente com o objetivo de atender os interesses locais em prol de seu crescimento e desenvolvimento econômico. Ainda para o autor, a ortodoxia convencional não logrou em promover desenvolvimento econômico nesses países, pelo contrário, passou a refletir os interesses dos países do Norte, que não condiziam com a realidade dos países do Sul.

Com a crise do neoliberalismo latino americano, surgiu na década de 2000 o que os estudiosos brasileiros denominaram de “novo desenvolvimentismo” ou “(neo) desenvolvimentismo”, o qual tem como característica principal a adequação das experiências anteriores de desenvolvimento à realidade atual, muito embora a economia continue sendo regulada pelo Estado. Para Sicsu (2007), o novo desenvolvimentismo está pautado na promoção do progresso técnico, no fortalecimento das instituições e do Estado, de modo que ele seja capaz de atuar através de um plano político, administrativo e financeiro.

Um dos principais expoentes do “novo desenvolvimentismo” é Bresser Pereira (2006). O autor destaca que as ideias adotadas pelos países periféricos, com base na ideologia de países centrais, acabam dificultando a capacidade de competição dos países pobres, uma vez que, nestes não há um projeto como nação muito bem definido. Portanto, no novo desenvolvimentismo é necessário que a sociedade compartilhe de interesses em comum, onde o país possa se tornar uma verdadeira nação.

O novo desenvolvimentismo apresenta-se como uma forma de planejamento econômico, a partir do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006), buscando a recuperação econômica e o fortalecimento de políticas sociais, e em seu segundo mandato (2007-2010), através da expansão dos investimentos públicos com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O governo seguinte de Dilma Roussef (2011-2014) buscou manter a continuidade da política novo desenvolvimentista com os investimentos no PAC II.

A ERA DESENVOLVIMENTISTA E A POLÍTICA REGIONAL PARA O NORDESTE

O Nordeste, segundo Guimarães Neto (1997), ainda sofre com problemas que foram deixados comolegado pelo período colonial brasileiro quando a região integrava a economia a partir da exploração da cana-de-açúcar e de atividades relacionadas a agropecuária. Suas peculiaridades climáticas e geográficas marcaram a formação da estrutura produtiva com o fenômeno da seca, concentração fundiária e de renda, dificultando a superação de indicadores econômicos e delineando um desenvolvimento social frágil.

As estratégias desenvolvimentistas adotadas pelos governos brasileiros, que visavam a industrialização do país, resultaram numa “polarização” das atividades produtivas na região Sul e

Sudeste, principalmente no início da década de 1930. Silva (2009) destaca que, em parte, essa concentração se deu devido a herança deixada pelo ciclo cafeeiro, uma vez que, nessas regiões já havia maior diversificação das atividades produtivas e um processo de acumulação de capital que sustentou a expansão da indústria brasileira, mesmo que apoiada pelo Estado. O poder econômico hegemônico das regiões mais desenvolvidas fortaleceu a desigualdade frente às demais regiões, especialmente em relação ao Nordeste brasileiro que se manteve com uma estrutura produtiva pouco competitiva, caracterizada pelos setores tradicionais da economia, como a agricultura e a pecuária, menos intensivos em capital e tecnologia.

Por outro lado, Araújo (1997) destaca que a atuação do Estado na economia foi fundamental no processo de desenvolvimento econômico das regiões, especialmente no Nordeste, onde atuou no sentido de impulsionar as atividades econômicas, subsidiando a infraestrutura necessária para o crescimento econômico e social. Para Anjos (2017), o grupo de estudo e o órgão de desenvolvimento do Nordeste criados a partir de 1950 introduziu a região na rota de investimentos privados e estatais, contribuindo para diminuir o hiato existente entre as regiões:

“A atuação do Estado na economia brasileira, principalmente, a partir dos anos de 1950 com a criação de órgãos de desenvolvimento e políticas regionais, resultou num processo de integração entre as regiões, onde o Nordeste passou a ser inserido num plano de desenvolvimento que tinha como objetivo principal ampliar a presença do setor industrial em sua economia. Como importante referência, destaca-se o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), criado em 1958, sob o comando intelectual de Celso Furtado, que culminou na criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959. O GTDN foi um grupo de estudo que atuou no sentido de diagnosticar as fragilidades estruturais da região e, a SUDENE, o órgão necessário para criar e executar políticas públicas para promover o desenvolvimento no Nordeste, o que seria impulsionado por meio da industrialização como forma de diminuir as disparidades regionais.” (ANJOS, R. L., 2017, p. 28-29)

Desse modo, durante o período de 1960 a 1990, o Estado direcionou investimentos para o Nordeste, principalmente através de isenções fiscais, investimentos de empresas estatais e crédito de bancos públicos, contribuindo para o desenvolvimento da atividade industrial na região e na promoção de seu crescimento econômico. De acordo com Lima (1994), a participação do setor público na economia, no período de 1960 a 1980, resultou na modificação da estrutura produtiva da região, havendo a expansão do setor de serviços e da indústria e uma diminuição relativa da agropecuária na composição do PIB (saindo de 29% para 13,4%). A expansão da indústria no Nordeste contribuiu para uma relativa “desconcentração” da atividade produtiva e econômica no Sudeste, na medida em que também servia de indústria complementar para a região mais desenvolvida.

A atuação do Estado no Nordeste, em conformidade com as tendências de acumulação privada, a partir da década de 1960, permitiu o desenvolvimento de polos produtivos que captaram a maior parte dos investimentos destinados à região e apresentaram significativa expansão da atividade econômica e da geração de emprego e renda. No entanto, os investimentos realizados na região não ocorreram na mesma intensidade entre os estados que a compõem. Devido as diferenças políticas, econômicas, sociais e geográficas, alguns estados (Bahia, Pernambuco e Ceará) apresentaram melhores desempenhos em suas atividades produtivas (ARAÚJO, 2000).

Em seus estudos, Lima (1997) argumentou que no período de 1964 a 1990, os investimentos realizados pela SUDENE concentraram-se em três estados: Bahia, Ceará e Pernambuco, registrando mais de 64% das isenções fiscais para a região. Por outro lado, os demais estados apresentaram maiores dificuldades na promoção do desenvolvimento econômico e social.

Os investimentos produtivos fizeram surgir subespaços que foram responsáveis pelo comportamento positivo da economia na região Nordeste. Essas estruturas, de acordo com a literatura especializada, foram denominadas como "frentes de expansão" ou "polos produtivos." Para Araújo (2000), alguns polos industriais destacaram-se por apresentar estruturas econômicas modernas e ativas, dentre eles: o complexo petroquímico de Camaçari, na Bahia; o complexo mineiro-metalúrgico de Carajás, no Maranhão; e, o polo têxtil e de confecções em Fortaleza, no Ceará. Em relação aos polos agroindustriais, o de Petrolina/Juazeiro, com a agricultura irrigada; do oeste baiano, que se estendeu ao sul dos estados de Maranhão e Piauí, com a moderna agricultura de grãos; o polo de pecuária intensiva, no agreste Pernambucano; e, o de fruticultura, no Vale do Açu, no Rio Grande do Norte. No estado da Paraíba ainda é possível destacar o polo de tecnologia de Campina Grande. Alguns estudos apontam que, além desses citados, há o surgimento de outras frentes de expansão na região, como o polo Cloroquímico, em Alagoas e o Complexo Industrial Integrado de Base, em Sergipe.³

Durante a década de 1990, com a intensificação da globalização e, conseqüentemente, da aplicação da política neoliberal que visava a estabilização econômica, ocorreu a redução da participação do Estado na economia e o enfraquecimento das políticas regionais. Ademais, a promulgação da Constituição de 1988 permitiu maior autonomia fiscal aos estados, o que estimulou as "guerras fiscais" entre os estados como maneira utilizada por estes para a atração de investimentos, permitindo a redução ou até mesmo a extinção de impostos que seriam arrecadados pelas empresas que se instalassem em determinada região.

³ LIMA, S. R. R. BARRETO, R. C. S. A região Nordeste: disparidades interestaduais e desigualdade econômica e social, 1960-1990. *Revistas Nexos Econômicos*. 2015, n. 2, v. 9, p. 70.

De acordo com Anjos (2017), a fase do novo desenvolvimentismo, a partir da década de 2000, inseriu novamente o Nordeste na pauta das políticas regionais, tanto através de investimentos privados quanto estatais. No período de 2007 a 2010, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) destinou mais de R\$ 80 bilhões para a região, até o ano de 2010⁴. Esses financiamentos, associados aos investimentos privados e a expansão de crédito de bancos de desenvolvimento na região, contribuíram para a modernização e a criação de novos polos produtivos. Os maiores investimentos, no período mais recente, mais uma vez concentraram-se nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará.

Nos últimos anos, esses três estados tiveram cerca de R\$ 50 bilhões em investimentos destinados ao Complexo Industrial de Pacém, no Ceará; na Fábrica da Fiat, em Goiana, e no Complexo Industrial e Portuário de Suape, ambos em Pernambuco; e, no polo de Camaçari, na Bahia. Esses estados, tanto na fase do desenvolvimentismo, quanto no "neodesenvolvimentismo", absorveram os maiores volumes de investimentos destinados à região, enquanto os estados mais pobres atraíram investimentos menores e em setores tradicionais, como a construção civil, calçados e alimentos, que também tem papel importante na expansão do setor de serviços⁵.

Observadas as principais questões referentes ao desenvolvimento econômico brasileiro e nordestino sob a ótica desenvolvimentista, buscamos evidenciar como se deu o crescimento da economia do Nordeste no período que compreende o novo desenvolvimentismo, observando a distribuição de investimentos estatais entre os estados, a capacidade destes na geração de emprego e renda, bem como, suas participações na composição do PIB regional.

O “NOVO” E O “VELHO” NO MODELO DE DESENVOLVIMENTO A PARTIR DOS ANOS 2000

A maioria dos estados Nordestinos, apresentou bom desempenho nos indicadores sociais e econômicos nos últimos anos, sobretudo em relação à pobreza, sendo a diminuição da miséria uma das principais mudanças observadas na região nas duas últimas décadas, como diversos estudos destacam. Segundo o Portal ODM (2017), atrás apenas de Pernambuco, a Paraíba foi o estado da região que mais reduziu a parcela da população que sofre com a fome.

Quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), os estados do Nordeste, no geral, apresentam os menores índices, sendo que quatro entre os nove estados da região, obtiveram os

⁴ DUQUE, W. C. F. A interiorização do PAC como forma de desenvolvimento regional. Meu Artigo, Economia e Finanças. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/economia-financas/a-interiorizacao-pac-como-forma-desenvolvimento-regional.htm>. Acesso em: 22 set. 2017.

⁵ MADEIRO, Carlos. Nordeste ampliou concentração de riqueza em três estados. Uol Economia. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/02/19/investimentos-no-nordeste-se-concentram-em-ce-ba-e-pe.htm>. Acesso em: 22 set 2017.

menores IDH's do país: Sergipe (24°), Maranhão (25°), Piauí (26°) e Alagoas (27°) (PORTAL ODM, 2017). Constata-se, assim, como a região ainda enfrenta sérios problemas quando se observa indicadores relacionados a renda, saúde e educação⁶.

Em relação aos dados sobre educação e instrução, observa-se que mais de 56% da população nordestina não havia completado o ensino fundamental no ano de 2015. Segundo a Tabela 1, o estado de Alagoas foi o que apresentou o menor nível educacional da região, com cerca de 60,9% da sua população sem o ensino fundamental completo, seguido pelo Maranhão (59,66%), Piauí (59,38%) e Paraíba (59,17%). A segunda maior parcela da população nordestina (22,92%) encontrava-se com o ensino médio completo ou superior incompleto, e, apenas 6,45% possuía o ensino superior completo. Entre os estados da região, aqueles que apresentaram maior parte de sua população com o ensino superior foram os estados de Pernambuco (8,35%), Sergipe (7,99%) e Rio Grande do Norte (7,82%). Segundo Araújo (2014), a expansão do ensino superior no interior do país contribuiu para a desconcentração das Universidades que se encontravam localizadas no litoral, com a construção de novos *campis* e com a implementação do Programa Universidade para Todos (PROUNI) as cidades médias do Nordeste sofreram com um impacto positivo em suas economias, na cultura e no comércio local.

Tabela 1: Nordeste – População por níveis de instrução (mil pessoas) – 2015, média anual

	Sem instrução e fundamental incompleto	Ensino fundamental completo e médio incompleto	Ensino médio completo e superior incompleto	Ensino superior completo	Total
Nordeste	29677	7439	12046	3389	52550
Maranhão	3775	981	1321	251	6327
Piauí	1773	416	591	206	2986
Ceará	4531	1353	1934	473	8290
Rio Grande do Norte	1754	436	779	252	3221
Paraíba	2172	452	800	247	3671
Pernambuco	4610	1229	2133	726	8698
Alagoas	1889	431	587	190	3097
Sergipe	1170	298	456	167	2091
Bahia	8004	1843	3445	878	14170

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD e IBGE. 2017.

⁶ RODRIGUES, Mateus. Vulnerabilidade social cai, mas ainda é alta no Nordeste, diz IPEA. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/09/vulnerabilidade-social-cai-mas-ainda-e-alta-no-norte-e-no-nordeste-diz-ipea.html>>. Acesso em: 11 nov 2017.

No ano de 2015, o Nordeste ainda apresentava cerca de 17% da sua população não alfabetizada, isto é, sem saber ler e escrever um bilhete simples. Em comparação com o ano de 2002, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), houve uma redução de aproximadamente 8 pontos percentuais, saindo de 25% em 2002, para 17% em 2015. A Bahia foi o estado nordestino que apresentou a maior taxa de alfabetização, com aproximadamente 85,8% (PNAD, 2015).

Utilizando-se, ainda, dos dados da PNAD (2013), o grau de concentração de renda da população, medido pelo Índice de Gini⁷, no ano de 2013, para o Nordeste, apresentou a maior média entre todas as regiões brasileiras, evidenciando o quanto a região mantém concentrada a renda nas mãos de uma pequena parcela da população.

Conforme as informações discutidas anteriormente, pode-se observar que algumas características sociais da região Nordeste apresentaram avanços, mas ainda são preocupantes. Com baixo nível de instrução, um número relativamente alto de sua população vivendo em situação de pobreza e com alta concentração de renda, o Nordeste ainda enfrenta sérios problemas sociais e econômicos.

O PIB da região Nordeste teve uma expansão bastante expressiva no decorrer da década de 2000, especialmente a partir de 2002 com o cenário favorável para uma fase de retomada do crescimento econômico brasileiro. Durante o período de 2002 a 2014, a região apresentou crescimento real do PIB de aproximadamente 77%. De acordo com o Gráfico 1, os estados do Piauí e Maranhão foram os que registraram as maiores taxas e, embora sejam economias com menor expressão econômica no Nordeste, em doze anos, conseguiram duplicar os valores de suas produções, apresentando destaque e contribuindo para impulsionar o crescimento relativo da região. A economia baiana detém o maior valor agregado entre os estados nordestinos, com o PIB ultrapassando os R\$ 220 bilhões, seguido por Pernambuco e Ceará. Enquanto Sergipe aparece com o menor PIB do Nordeste, com apenas R\$ 37.472.432,00. Por outro lado, Alagoas e Sergipe obtiveram as menores taxas de crescimento, com 52% e 55%, respectivamente.

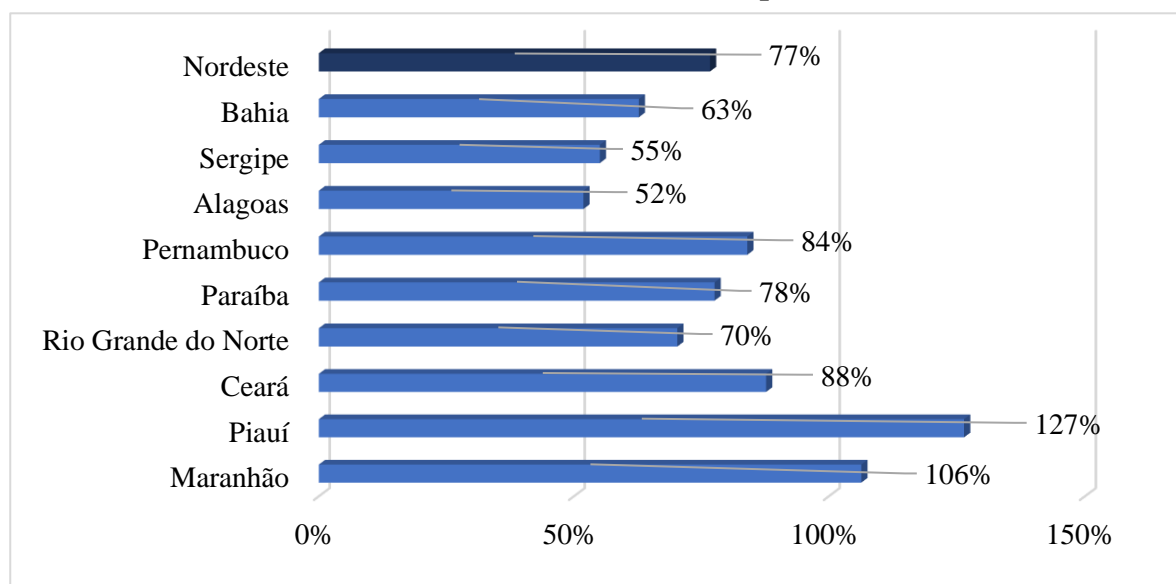
⁷ De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, o Índice de Gini mede o grau de concentração de renda de uma determinada população, representando o contraste entre os rendimentos dos mais pobres com os rendimentos dos mais ricos. Seu resultado varia de zero a um, caso seu valor seja zero, significa uma situação de igualdade, em que todos detêm a mesma renda.

Tabela 2: Nordeste – PIB a preços constantes, por estado (2002/2008/2014)

	2002	2008	2014
Nordeste	R\$ 455.612.742,35	R\$ 561.013.320,99	R\$ 805.099.103,00
Maranhão	R\$ 37.235.134,49	R\$ 52.402.087,44	R\$ 76.842.028,00
Piauí	R\$ 16.654.874,54	R\$ 22.384.262,39	R\$ 37.723.497,00
Ceará	R\$ 67.153.332,60	R\$ 83.461.685,12	R\$ 126.054.472,00
Rio Grande do Norte	R\$ 31.723.288,06	R\$ 39.922.612,56	R\$ 54.022.584,00
Paraíba	R\$ 29.806.389,84	R\$ 37.146.863,40	R\$ 52.936.483,00
Pernambuco	R\$ 84.309.906,29	R\$ 97.274.024,16	R\$ 155.142.648,00
Alagoas	R\$ 26.976.651,10	R\$ 30.754.464,99	R\$ 40.974.994,00
Sergipe	R\$ 24.160.495,55	R\$ 29.588.627,60	R\$ 37.472.432,00
Bahia	R\$ 137.592.672,21	R\$ 168.078.694,71	R\$ 223.929.966,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados das Contas Regionais, IBGE. 2017. Valores 2014 = 100.

Os estados de Pernambuco e Ceará apresentaram taxa de crescimento acima da média do Nordeste, com 84% e 88%, respectivamente. E, embora a Bahia seja o estado que concentra a maior parte da riqueza gerada na região, seu crescimento foi inferior à média nordestina, registrando aumento de 63%. A Paraíba apresentou uma expansão de aproximadamente 78%, sendo o quinto estado com maior crescimento do PIB registrado na região.

Gráfico 1: Nordeste – Crescimento real do PIB, por estados de 2002 a 2014 (em %)

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados das Contas Regionais, IBGE. 2017.

Em relação a participação na composição do PIB setorial da região, constatou-se que alguns estados não conseguiram mudar significativamente sua posição relativa nos setores de atividade econômica, como Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco. Durante o período de 2002 a 2014, o estado da Paraíba manteve a participação de apenas 4% no setor agropecuário, 6% no setor industrial

e 7% no setor de serviços. Por outro lado, o mesmo não se observa nos estados do Piauí, Maranhão e Ceará, os quais conseguiram expandir, relativamente, suas participações na composição setorial da região. A Bahia, embora tenha reduzido sua participação no setor agropecuário e no setor de serviços, ainda é o estado que mais concentra riqueza nos três setores da atividade econômica analisados.

Tabela 3: Nordeste – Participação dos estados na composição setorial do PIB regional (2002/2014)

	Agropecuária		Indústria		Serviços	
	2002	2014	2002	2014	2002	2014
Maranhão	11%	16%	7%	9%	9%	9%
Piauí	2%	6%	2%	4%	4%	5%
Ceará	11%	13%	14%	15%	15%	16%
Rio Grande do Norte	3%	3%	9%	8%	7%	7%
Paraíba	4%	4%	6%	6%	7%	7%
Pernambuco	11%	10%	18%	18%	19%	20%
Alagoas	15%	9%	6%	4%	5%	5%
Sergipe	4%	4%	8%	6%	5%	4%
Bahia	39%	35%	30%	30%	28%	27%

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados das Contas Regionais, IBGE.

Quanto a concentração da riqueza gerada, no ano de 2014, três estados detinham cerca de 63% do PIB regional, Bahia (28%), Pernambuco (19%) e Ceará (16%). Em comparação com o ano de 2002, não houve variação nessa composição, mostrando que, no decorrer do período analisado, embora alguns estados tenham apresentado crescimento bastante expressivo do PIB, não se observou uma desconcentração das atividades produtivas, assim como do PIB. Conforme a Tabela 4, o estado da Bahia reduziu sua participação no PIB regional em aproximadamente 2 pontos percentuais, o que foi compensado pelo aumento da participação do Maranhão.

Estados menos expressivos economicamente como Paraíba, Rio Grande do Norte, Sergipe, Alagoas e Piauí, embora tenham apresentado crescimento do PIB acima da média nordestina, não conseguiram mudar expressivamente sua participação relativa na composição do PIB regional, reforçando o fato de que alguns estados integraram-se pouco na fase de expansão das atividades econômicas da região, sem receber grandes volumes de investimentos que impulsionassem e dinamizassem a estrutura da economia local. Enquanto os três estados citados concentravam cerca de 63% da riqueza no Nordeste, Paraíba, Rio Grande do Norte, Alagoas, Sergipe e Piauí, detinham, aproximadamente, 29% do PIB regional.

Tabela 4: Nordeste – Participação dos estados na composição do PIB regional (2002/2014 - %)

Estados	2002	2014
Maranhão	8%	10%
Piauí	4%	5%
Ceará	15%	16%
Rio Grande do Norte	7%	7%
Paraíba	7%	7%
Pernambuco	19%	19%
Alagoas	6%	5%
Sergipe	5%	5%
Bahia	30%	28%

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados das Contas Regionais, IBGE. 2017.

O Índice de Gini para o PIB, que mede a desigualdade na distribuição do Valor Adicionado Bruto do PIB dos municípios, manteve-se praticamente constante em todo o período analisado. Variando entre zero e um, este indicador demonstra que quanto mais próximo de um, mais desigual é sua distribuição. Quanto mais próximo de zero, menos desigual ela é. No Nordeste, esse índice chegou a 0,79701 no ano de 2014. Durante o período de 2002 a 2014, somente os estados do Maranhão e Piauí reduziram a desigualdade local. As informações acerca do índice de Gini para o PIB reforçam a ideia de que não houve, ao longo da análise, uma redistribuição das atividades produtivas e econômicas no Nordeste de modo a promover a desconcentração econômica.

O PIB *per capita* do Nordeste apresenta o menor valor entre as regiões brasileiras, com apenas R\$ 14.329,13, conforme observa-se na Tabela 5, inferior à média brasileira que, no mesmo ano, foi de R\$ 28.500,24. O estado de Sergipe apresentou o maior PIB da região no ano de 2014 (R\$ 16.882,71), seguido por Pernambuco (R\$ 16.722,05) e Rio Grande do Norte (R\$ 15.849,33). Os menores resultados para o PIB *per capita* entre os estados nordestinos encontram-se na Paraíba, Maranhão, Piauí e Alagoas.

Em termos reais, o crescimento do estado paraibano, nos anos de 2002 a 2014, foi de aproximadamente 48%, acima da média regional, cujo crescimento foi de 45%. Os estados do Piauí e Maranhão, embora detenham o menor PIB *per capita* do Nordeste em 2014, apresentaram as maiores taxas de crescimento durante o período analisado, com 94% e 65%, respectivamente.

Esse indicador, embora seja uma simples divisão do PIB pelo número total de habitantes, e, portanto, não é o mais adequado para se medir a qualidade de vida, torna-se necessário na análise socioeconômica desses estados, pois permite observar um panorama geral da renda regional. No entanto, esse indicador não leva em conta o nível de distribuição de renda efetivo, pois, mesmo havendo um crescimento expressivo de seus valores, pode ocorrer concentração de renda e manutenção de altos índices de pobreza, fenômenos que o indicador não é capaz de mensurar.

Tabela 5: Nordeste – PIB *per capita* por estado (2002/2014), em valores reais

	2002	2014
Nordeste	R\$ 9.891,14	R\$ 14.329,13
Maranhão	R\$ 6.794,23	R\$ 11.216,37
Piauí	R\$ 6.100,94	R\$ 11.808,08
Ceará	R\$ 9.279,37	R\$ 14.255,05
Rio Grande do Norte	R\$ 11.773,02	R\$ 15.849,33
Paraíba	R\$ 9.068,75	R\$ 13.422,42
Pernambuco	R\$ 11.064,94	R\$ 16.722,05
Alagoas	R\$ 9.905,89	R\$ 12.335,44
Sergipe	R\$ 13.822,67	R\$ 16.882,71
Bahia	R\$ 10.969,25	R\$ 14.803,95

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados das Contas Regionais, IBGE. 2017. Valores 2014 = 100.

Ao analisarmos dados referentes às informações econômicas desses estados mais pobres, percebe-se que não apresentaram destaque frente às economias com características semelhantes. Apesar do crescimento do PIB, esses estados não conseguiram reverter, ao longo de doze anos, sua baixa participação na economia da região, nem tampouco promover de forma expressiva o aumento na renda de sua população.

No tocante ao mercado de trabalho, a região Nordeste apresentou crescimento no número de vínculos ativos formais no período de 2002 a 2015 de aproximadamente 83%. O estado do Maranhão liderou essa expansão do emprego formal, com mais de 119% durante o período analisado, seguido dos estados do Piauí e Ceará, ambos com 94%, conforme podemos observar na Tabela 6. A Paraíba, por sua vez, embora tenha obtido uma variação positiva de 78%, manteve-se abaixo da média da região, ocupando a 5ª posição entre os estados que apresentaram maior expansão do emprego formal no período analisado.

Tabela 6: Nordeste – Crescimento percentual do número de vínculos ativos na região, por estados (2002/2015 - %)

Estados	2002 - 2008	2008 - 2015	2002 - 2015
Nordeste	43%	28%	83%
Maranhão	64%	34%	119%
Piauí	42%	37%	94%
Ceará	42%	37%	94%
Rio Grande do Norte	62%	18%	91%
Paraíba	37%	30%	78%
Pernambuco	39%	28%	77%
Alagoas	36%	20%	63%
Sergipe	33%	27%	69%
Bahia	42%	24%	77%

Fonte: MTE. RAIS/CAGED. Elaboração própria. 2017.

Quanto a composição do emprego formal, no ano de 2015, os estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, juntos, concentraram cerca de 62% de todos os vínculos ativos do Nordeste. Durante o período analisado, de 2002 a 2015, essa composição se manteve com a mesma proporção. Enquanto isso, os outros seis estados detinham menos de 38% do emprego formal. As informações disponíveis mostraram quanto o crescimento econômico do Nordeste, a partir da década de 1970, favoreceu em maior intensidade esse primeiro grupo de estados. Sergipe foi o estado que apresentou a menor participação, uma vez que possui a menor população e também o mais baixo PIB da região.

Observa-se que, em todos os estados do Nordeste, esse crescimento deu-se de forma mais acentuada no período de 2002 a 2008, fase em que se observou a retomada do crescimento da economia brasileira com a elevação do PIB e, conseqüentemente, do emprego formal. Nos anos mais recentes, entre 2008 e 2015, de acordo com a Tabela 6, esse crescimento ocorreu com menor intensidade, mesmo com o redirecionamento de investimentos para a região através do PAC I e II⁸.

Quando analisamos a estrutura ocupacional da região, evidencia-se que no ano de 2015, os estados da Paraíba, Maranhão, Piauí e Alagoas, concentraram o emprego formal na administração pública, com 38%, 37%, 34% e 31%, respectivamente. Essa dependência do setor público na formalização do mercado de trabalho pode ser um reflexo da fraca capacidade produtiva desses estados e na geração de emprego e renda em outros setores. A expansão no número de vínculos ativos foi fortemente impulsionada pelo setor de serviços, comércio e construção civil, os quais apresentaram um aumento relativo na participação do emprego formal da região.

Através da Tabela 7, é possível observar que a região Nordeste, no ano de 2002, concentrava cerca de 34,5% do emprego formal no setor da administração pública, seguido pelo setor de serviços (27,41%). No ano de 2015, este setor já ocupava a primeira posição entre os setores que mais detém mão de obra formal, com aproximadamente 31,6%, enquanto a administração pública, em comparação com o ano de 2002, reduziu em 6 pontos percentuais, concentrando, em 2015, cerca de 28,2% dos vínculos formais do Nordeste.

⁸ DUQUE, W. C. F. A interiorização do PAC como forma de desenvolvimento regional. Meu Artigo, Economia e Finanças. Disponível em: <http://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/economia-financas/a-interiorizacao-pac-como-forma-desenvolvimento-regional.htm>. Acesso em: 22 set. 2017.

Tabela 7: Nordeste – Emprego formal por setor de atividade (2002/2015), nº absoluto

Setor de atividade	2002	2015
Extrativa mineral	23919	41002
Indústria de transformação	646507	1027408
Serviços industriais de utilidade pública	63366	88864
Construção Civil	208486	500514
Comércio	712138	1673479
Serviços	1331839	2813433
Administração Pública	1677588	2512276
Agropecuária, extração vegetal, caça e pesca	195554	242303
Total	4859397	8899279

Fonte: MTE. RAIS/CAGED. 2017.

Em relação aos rendimentos médios dos vínculos formais no Nordeste, o estado da Paraíba apresentou o menor valor entre todos os estados nordestinos, com apenas R\$ 1.799,55, enquanto Sergipe, Bahia e Rio Grande do Norte apresentaram os maiores rendimentos, conforme pode-se observar na Tabela 7. Quanto ao crescimento real desses rendimentos, o estado do Piauí obteve, aproximadamente, 46%, seguido pelo Rio Grande do Norte (42%) e pela Paraíba (35%). Os estados de Pernambuco, Bahia e Ceará, que concentram a maior parte da riqueza gerada na região, tiveram crescimento inferior à média nordestina, com 26%, 28% e 29%, respectivamente.

Tabela 8: Nordeste -Evolução do rendimento médio real, por estados (2002/2005/2008/2012/2015) – Mil R\$

Estados	2002	2005	2008	2012	2015
Nordeste	1.505,01	1.396,74	1.537,31	1.831,44	1.963,84
Maranhão	1.476,41	1.341,95	1.514,60	1.818,17	1.958,55
Piauí	1.337,75	1.300,11	1.508,33	1.773,65	1.951,72
Ceará	1.446,02	1.297,07	1.412,62	1.693,91	1.846,14
Rio Grande do Norte	1.410,27	1.369,98	1.581,63	1.911,63	2.007,60
Paraíba	1.337,30	1.279,82	1.374,65	1.681,40	1.799,55
Pernambuco	1.585,76	1.395,92	1.534,69	1.873,66	1.991,55
Alagoas	1.376,52	1.289,08	1.454,01	1.688,04	1.817,67
Sergipe	1.622,71	1.585,85	1.750,66	2.127,34	2.123,52
Bahia	1.600,25	1.515,56	1.641,69	1.902,82	2.066,52

Fonte: MTE. RAIS/CAGED. Elaboração própria. 2017. Valores 2015 = 100.

Ao confrontarmos os dados obtidos na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), referente aos vínculos formais, com dados adquiridos na PNAD trimestral que incluem as ocupações informais, observa-se a disparidade entre os valores analisados. Enquanto no ano de 2015 a média da

região era de, aproximadamente, R\$ 1.963,00, considerando os dados da RAIS, na PNAD, segundo a Tabela 8, esse valor foi de apenas R\$ 1.353,00, no mesmo ano. Sergipe continuou sendo o estado com maior rendimento médio, com aproximadamente R\$ 1.573,00, seguido de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. Ao incluir as ocupações informais na análise, essa diferença de rendimentos termina por ser exposta como reflexo das precárias ocupações do mercado de trabalho com menores rendimentos, maior instabilidade e com a ausência de direitos sociais e trabalhistas.

Tabela 9: Nordeste - Evolução do rendimento médio real, por estados, média anual⁹ (2012-2015) – Mil R\$

	2012	2013	2014	2015
Nordeste	1.334,25	1.388,00	1.420,25	1.388,25
Maranhão	1.081,25	1.109,25	1.046,00	1.069,50
Piauí	1.120,00	1.212,25	1.244,75	1.242,50
Ceará	1.300,50	1.376,75	1.355,25	1.342,00
Rio Grande do Norte	1.362,25	1.413,50	1.463,00	1.523,00
Paraíba	1.208,00	1.255,00	1.370,25	1.378,25
Pernambuco	1.697,25	1.791,50	1.872,25	1.647,25
Alagoas	1.270,75	1.306,00	1.366,75	1.394,50
Sergipe	1.472,75	1.545,75	1.671,25	1.539,75
Bahia	1.302,75	1.328,50	1.364,25	1.371,25

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios. Elaboração própria. 2017. Valores 2015 = 100.

O estado da Paraíba apresentou a menor remuneração média de vínculos formais entre todos os estados do Nordeste, de acordo com os dados coletados na RAIS, dificultando assim, o aumento na renda e, conseqüentemente, a melhoria das condições de vida de sua população.

Diante do cenário construído, observou-se que as ocupações no mercado de trabalho continuaram concentradas nos estados mais desenvolvidos economicamente, tendo em vista que os estados mais pobres não tiveram alterações na composição e participação do emprego na região. A geração de emprego formal ainda não foi suficiente para diminuir as disparidades regionais no quesito do emprego.

⁹ Apesar do PNAD trazer informações trimestrais, para representar os valores anuais, utilizou-se de uma média aritmética simples entre os trimestres de cada ano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em consideração às características históricas do modelo de desenvolvimento na economia brasileira, compreende-se que o padrão de incentivos fiscais, infraestrutura e crédito criados pelo Estado ao longo da sua atuação como agente econômico, ao mesmo tempo que promove crescimento econômico, e até desenvolvimento social, também estimula o processo de desigualdades regionais e intrarregionais.

A economia brasileira passou por diferentes etapas de desenvolvimento a partir da segunda metade do século XX com a adoção de estratégias desenvolvimentistas que impulsionaram o processo de industrialização no país e, conseqüentemente o crescimento econômico. A região Nordeste passou a ser inserida mais intensamente no plano de desenvolvimento regional a partir de 1960, principalmente com a criação do GTDN e da SUDENE, que redirecionaram investimentos estatais e privados para a região, como forma de diminuir o hiato de desigualdade existente entre o Nordeste e as regiões “Centro-Sul”.

No entanto, os investimentos no Nordeste não se deram com a mesma intensidade entre todos os estados. Alguns apresentaram maiores capacidades de captação de recursos, a exemplo da Bahia, Pernambuco e Ceará, que lideraram o crescimento econômico da região, até meados da década de 1980, enquanto estados menores, como Alagoas, Paraíba, Sergipe e Piauí, integraram-se pouco nesse processo e apresentaram maiores dificuldades de reverter as dificuldades socioeconômicas locais.

Na fase mais recente, especialmente a partir dos anos 2000, em termos gerais, o Nordeste apresentou melhor desempenho de seus indicadores sociais, principalmente na redução da pobreza e no mercado de trabalho. Embora não seja considerado um plano de desenvolvimento regional, o PAC atuou no Nordeste no sentido de impulsionar a economia da região e ampliar a infraestrutura necessária para atração de outros investimentos. Entretanto, assim como na etapa anterior, houve a concentração dos investimentos nos estados que detêm os maiores PIB's da região.

Quanto às questões econômicas, os três estados mais ricos e os quatro estados mais pobres, praticamente não apresentaram nenhuma mudança em suas posições. A participação relativa no PIB nordestino manteve-se a mesma no decorrer de 13 anos, assim como a distribuição dos setores de atividade econômica, expondo a presença marcante do setor de serviços.

Os investimentos em políticas públicas que se propõem dinamizar a economia local e promover a criação de postos de trabalho em municípios pequenos, se efetivados, deveriam ser acompanhados do fortalecimento das políticas públicas e sociais como ações permanentes no combate à pobreza, elevação dos níveis de educação e qualificação profissional da população. Por outro lado, as oportunidades produtivas geradas devem aproveitar as potencialidades locais de desenvolvimento nos diferentes setores econômicos, em um processo contínuo de aprendizado com as adversidades da

política, da economia e das condições naturais do Nordeste que marca a economia da maioria dos municípios, contribuindo para a menor dependência de recursos institucionais e dos arranjos políticos partidários.

Com este modelo adotado de crescimento conservador e concentrador de renda não é possível a redução das desigualdades regionais. É necessário suprir as dificuldades sociais e econômicas que a região Nordeste enfrenta, principalmente em questões relacionadas à pobreza e às fragilidades econômicas persistentes que podem contribuir na manutenção das desigualdades regionais. Os investimentos em infraestrutura física, a permanente expansão de políticas públicas de educação e saúde e de qualificação profissional, são ações estratégicas para o desenvolvimento da região. Assim, qualquer política de Estado deveria considerar o potencial produtivo, aproveitando as vocações naturais e descobrindo outras formas de produção de riqueza, de modo a estimular a capacidade competitiva da região e a geração de emprego e renda sustentáveis.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Alexandre Black de. **Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK**. XI Congresso Brasileiro de História Econômica. Vitória – ES, 2015. Disponível em: http://www.abphe.org.br/arquivos/2015_alexandre_black_albuquerque_desenvolvimentismo-nos-governos-vargas-e-jk.pdf> Acesso em: 12 dez 2017.

ANJOS, R. L. PINTO, A. L. M. S. CARVALHO. R. G. **Desenvolvimento econômico e (re)configuração do trabalho no município de Goiana-PE**. ANAIS do XV Encontro Nacional da ABET, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/0BzewPTIXjDnnNDhiei95dkJ4Q1k/view>. Acesso em: 15 nov 2017.

ARAÚJO, Tania Bacelar. **Herança de diferenciação e futuro de fragmentação**. Estudos Avançados, São Paulo – SP. v. 11, n. 29, 1997. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8971>>. Acesso em: 10 jul 2017.

ARAÚJO, Tania Bacelar. **Nordeste, Nordeste: que Nordeste?** Fundação Joaquim Nabuco, 2000. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1956%3Anordeste-nordestes-que-nordeste-&catid=58&Itemid=414>. Acesso em: 10 jul 2017.

ARAÚJO, Tania Bacelar. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. Paulo Ferraz Guimarães et al (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro, BNDES, 2014.

BALTAR, Paulo Eduardo de Andrade; KREIN, José Dari. **A retomada do desenvolvimento e a regulação do mercado do trabalho no Brasil**. *Caderno CRH*. [online]. 2013, v. 26, n. 68, p. 273-292. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-49792013000200005&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 02 mar. 2016.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. 4ª edição, Rio de Janeiro, Contraponto, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual**. Economia e Sociedade, Campinas-SP, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base estatísticas RAIS e CAGED**. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/>>. Acesso em: 03 abr. 2016.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal?** Pesquisa e Planejamento Econômico, v. 21 (1), p. 3-23, 1991. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1991/91-acriseamericalatina.pdf>>. Acesso em: 15 nov 2017.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional**. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo. Fundação Seade, v. 20, n 3, p. 5-24, jul./set. 2006. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.3.Novo_Desenvolv-SEADE.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2017a.

CARNEIRO, Ricardo. **Impasses do desenvolvimento brasileiro: a questão produtiva**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 153, nov. 2008. Disponível em: <www.eco.unicamp.br/docprod/downarq.php?id=1783&tp=a>. Acesso em: 29 set. 2017

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 112, p. 613-636, out. 2012.

COÊLHO, Vitarque Lucas Paes. A política regional do governo Lula (2003-2010). Aristides Monteiro Neto, César Nunes de Castro, Carlos Antônio Brandão (Org.). **Desenvolvimento regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro, Ipea, 2017.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001. p. 12.

DUQUE, W. C. F. **A interiorização do PAC como forma de desenvolvimento regional. Meu Artigo, Economia e Finanças**. Disponível em: <http://meuartigo.brasescola.uol.com.br/economia-financas/a-interiorizacao-pac-como-forma-desenvolvimento-regional.htm>>. Acesso em: 22 set. 2017.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil**. Pesquisa & Debate, São Paulo. v. 15, n 2(26), p. 225-256, 2004.

FRANÇA, Adelmo M. **Os modelos de crescimento e de desenvolvimento econômico e sua aplicabilidade nas economias regionais não desenvolvidas**. Revista Lumen Et Virtus, ISSN 2177-2789. v. 3, n 6. jan. 2012.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/cd/cd2010RgaAdAgsn.asp>>. Acesso em: 06 abr. 2016a.

_____. _____. Contas regionais. **Base de dados**: Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 06 abr. 2016b.

_____. _____. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA). **Base de dados**. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 maio 2016c.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O que é? - Índice de Gini**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 17 maio 2017.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O que é? - Índice de Gini**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28&Itemid=23> Acesso em: 17 maio 2017.

LIMA, Policarpo. **Economia do Nordeste: tendências recentes das áreas dinâmicas**. Revista Análise Econômica, Rio Grande do Sul. v. 12, n, 21 e 22, p. 55-73, 1994. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/10490>> Acesso em: 10 jul 2017.

LIMA, S. R. R. BARRETO, R. C. S. **A região Nordeste: disparidades interestaduais e desigualdade econômica e social, 1960-1990**. Revistas Nexos Econômicos. 2015, n. 2, v. 9, p. 70.

MADEIRO, Carlos. **Nordeste ampliou concentração de riqueza em três estados**. Uol Economia. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2013/02/19/investimentos-nordeste-se-concentram-em-ce-ba-e-pe.htm>>. Acesso em: 22 set 2017.

MELO, Ricardo Oliveira Lacerda. Uma janela de oportunidade para o Nordeste. Paulo Ferraz Guimarães et al (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro, BNDES, 2014.

NASCIMENTO, Sidnei Pereira do. **Guerra fiscal: uma avaliação comparativa entre alguns estados participantes**. Economia Aplicada. Ribeirão Preto, v. 22, n. 4, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-80502008000400007>. Acesso em: 14 nov 2017.

NETO, Aristides Monteiro. COSTA, Marco Aurélio. Desenvolvimento territorial no Brasil: reflexões sobre políticas e instrumentos no período recente e propostas de aperfeiçoamento. Aristides Monteiro Neto (Org.). **Desenvolvimento Regional no Brasil: políticas, estratégias e perspectivas**. Rio de Janeiro. IPEA, 2017. p. 37-64.

NETO, Leonardo Guimarães. **Trajatória econômica de uma região periférica**. Estudos Avançados, São Paulo – SP. v. 11, n. 29, 1997. Disponível em <<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8972>> Acesso em: 10 jul 2017.

NETO, Leonardo Guimarães. **Desigualdades Regionais**. Recife, 2011.

NETO, Leonardo Guimarães. Mercado de trabalho no Nordeste – 2000-2010: avanços e desafios. Paulo Ferraz Guimarães et al (Org.). **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro, BNDES, 2014.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil de JK: a criação da SUDENE**. Fundação Getúlio Vargas: CPDOC. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/Nordeste>> Acesso em: 12 nov 2017.

OREIRO, J. L. FEIJÓ, C. A. **Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro**. Revista de Economia Política, vol. 30, nº 2 (118), pp. 219-232, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v30n2/03.pdf>. Acesso em: 03 set 2017.

RODRIGUES, Mateus. **Vulnerabilidade social cai, mas ainda é alta no Nordeste, diz IPEA**. Disponível em: <http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/2015/09/vulnerabilidade-social-cai-mas-ainda-e-alta-no-norte-e-no-nordeste-diz-ipea.html>>. Acesso em: 11 nov 2017.

SICSU, João. PAULA, L. F. de. MICHEL, Renaut. **Por que Novo Desenvolvimentismo?** Revista de Economia Política, vol. 27, n 4(108), p. 507-524 outdez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v27n4/a01v27n4.pdf>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

SILVA, José Antonio Rodrigues da. A globalização e os novos espaços industriais: a indústria de calçados na Paraíba. Lúcia Maria Góes (Org.). **Recortes Setoriais da Economia Nordestina**. Fortaleza – CE. CAEB/Banco do Nordeste do Brasil, 2004. p. 83.

SILVA, Walter Guedes. **A industrialização do estado de São Paulo e sua relação com a especialização na produção de matéria-prima do centro-oeste brasileiro: uma análise do período de 1930 a 1970**. XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária, São Paulo, p. 1-27, 2009. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/inferior/laboratorios/agraria/Anais%20XIXENGA/artigos/Silva_WG.pdf>. Acesso em: 10 out 2017.

TOLEDO, P. H. V. M. **O GTDN e a SUDENE de Furtado no desenvolvimento econômico do Nordeste: concepção e realidade.** Monografia (Bacharelado em Economia) – Instituto de Economia, UFRJ, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:
<<http://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/1718/1/PHVMToledo.pdf>>. Acesso em: 14 nov 2017>

YANO, Nina Machado. MONTEIRO, Sérgio M. Modesto. **Mudanças institucionais na década de 1990 e seus efeitos sobre a produtividade total dos fatores.** ANPEC, 36º Encontro Nacional de Economia, Salvador-BA, dez. 2008. Disponível em:
<http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211610100-.pdf>>. Acesso em: 03 abr. 2017.